



Energisa Comercializadora de Energia Ltda. | Resultados de 2017

Energisa Comercializadora de Energia Ltda.

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2017**

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Comercializadora de Energia Ltda. (“Energisa Comercializadora” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2017, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelos sócios quotistas em 14 de março de 2018.

1 Considerações Gerais

A empresa, criada em outubro de 2005, atua na área de comercialização de energia elétrica no ambiente de contratação livre, negociando energia e prestando serviços tanto para os projetos próprios do Grupo Energisa, quanto para projetos de terceiros. A empresa também atua como braço de apoio comercial do Grupo Energisa na área de geração de energia.

O ano de 2017 foi caracterizado por significativa volatilidade de preços no ACL (Ambiente de Contratação Livre). Em janeiro, o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) de R\$ 121,44/MWh foi o menor valor alcançado no ano. Contudo, após um período úmido com aflúências abaixo da média histórica (cerca de 70%), o PLD alcançou R\$ 533,82/MWh no mês de outubro, valor do teto regulatório definido pela ANEEL. Adicionalmente, embora o mercado esperasse aumento de preços em maio, devido à modificação dos parâmetros no modelo de preços Newave, uma melhoria significativa nas aflúências no período seco provocou redução de cerca de R\$ 300,00/MWh no PLD entre os meses de maio e junho, criando um cenário de grande incerteza para as operações no mercado livre. No segundo semestre, os preços se mantiveram mais elevados, ultrapassando os R\$ 500,00/MWh entre os meses de agosto a outubro.

As discussões regulatórias também estiveram bastante presentes em 2017. As disputas judiciais na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) quase resultaram no travamento do mercado. Nesse sentido, a Câmara encerrou o ano com uma dívida de R\$ 7,5 bilhões, sendo R\$ 6 bilhões cobertos por liminares vigentes que afastam a cobrança do GSF (*Generation Scaling Factor*), que é a relação entre o volume de energia efetivamente gerado pelo MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) e a Garantia Física total das usinas participantes do mecanismo. Adicionalmente no mês de julho, foi publicada pelo MME (Ministério das Minas e Energia) a Consulta Pública nº 33 que trata do “Aprimoramento do Marco Legal do Setor Elétrico”, tendo como base a Nota Técnica 5/2017, também elaborada pelo MME. O documento tem como objetivo propor diversas medidas que viabilizem o futuro do setor elétrico com sustentabilidade em longo prazo. Contudo, no curto prazo, as alterações terão impacto significativo no funcionamento do mercado, tanto no âmbito regulado quanto no livre. A proposta foi compilada e publicada pelo MME em fevereiro de 2018, juntamente com minuta de Projeto de Lei, para entrar em tramitação em 2018.

No tocante ao cenário econômico, a tímida melhoria da economia, com crescimento do PIB de 1,0%, resultou em recuperação do consumo no Mercado Livre. Segundo dados da CCEE, o consumo observado de unidades livres e especiais aumentou 14,9% em 2017 na comparação com o ano anterior, alcançando a participação de 29% no consumo total do SIN (Sistema Interligado Nacional), frente aos 25% registrados em 2016. Porém, vale ressaltar que grande parte deste crescimento foi decorrente das migrações de consumidores do Mercado Cativo para o ACL. Apesar de não ter sido tão expressivo quanto o registrado em 2016 (+122%), o número consumidores livres e especiais apresentou crescimento de 27% em 2017, conforme dados da CCEE.

Diante da tendência instável dos preços e um cenário com volume menor de migrações, o posicionamento da Energisa Comercializadora foi focar nas operações de curto prazo, revertendo a posição “short” da carteira. Nesse sentido, ao longo de 2017 foram fechados 67 contratos de compra com início de entrega em 2017 e 2018. Com essas operações, a Unidade conseguiu aproveitar as oportunidades do mercado, aumentando as negociações de curto prazo com margens significativas, já que a maior parte desta energia é proveniente de fonte incentivada, com benefício de desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). Grande parte destes contratos teve como origem as descontrações de energia excedente das distribuidoras (em contratos bilaterais e MCSD). Em relação às vendas de longo prazo, foram fechados 55 contratos, somando 150 MW médios com entrega prevista, principalmente, para 2018 e 2019.

No que tange ao volume faturado, no ano de 2017 a Energisa Comercializadora registrou recorde de vendas, alcançando 452 MW médios, sendo 9% deste volume resultado de operações de curto prazo. Com esse resultado, a unidade de negócio ocupou a terceira posição entre as empresas do Grupo Energisa em volume de vendas.

Esse excelente desempenho resultou em uma receita líquida de R\$ 747,5 milhões, 69,7% maior em relação ao valor verificado em 2016.

A significativa elevação dos preços observada no segundo semestre conjugada à estratégia de manter uma posição “long” na carteira, fez com que a Comercializadora apresentasse aumento significativo nos resultados econômico-financeiros, com destaque para a geração de caixa (Ebitda) de R\$ 28,3 milhões e lucro líquido de R\$ 17,5 milhões, alcançados em 2017. Este é o melhor resultado desde o início da operação da empresa em 2008.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro da ECOM em 2017, comparativamente com o de 2016:

Resultados - R\$ milhões	Exercício		
	2017	2016	Var. %
Receita Operacional Bruta	829,3	489,0	+ 69,6
Receita Operacional Líquida	747,5	440,4	+ 69,7
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	28,3	2,3	+ 1.130,4
Resultado financeiro	(1,5)	(3,2)	- 53,1
Lucro Líquido	17,5	(0,6)	-

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	15.244	12.745
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	25.331	23.712
Clientes	5	101.725	59.462
Impostos a recuperar	6	2.878	3.036
Instrumentos Financeiros Derivativos	20	273	-
Outros créditos		799	922
Total do circulante		146.250	99.877
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4	4.576	3.120
Impostos a recuperar	6	-	2.138
Instrumentos Financeiros Derivativos	20	-	1.846
Créditos tributários	7	832	1.092
		5.408	8.196
Imobilizado	9	203	176
Intangível	10	4	5
Total do não circulante		5.615	8.377
Total do ativo		151.865	108.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

 ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
 BALANÇO PATRIMONIAL
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	74.700	50.120
Encargos de dívidas	12	935	921
Empréstimos e financiamentos	12	33.167	-
Distribuição de lucros - quotistas	15.3	4.237	862
Tributos e contribuições sociais	13	8.764	7.481
Obrigações estimadas		1.806	681
Instrumentos Financeiros Derivativos	20	-	3.251
Benefícios a empregados - plano de pensão	22	40	61
Adiantamentos recebidos de clientes	4.2	5.299	3.217
Outras contas a pagar		322	118
Total do circulante		129.270	66.712
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	-	34.009
Adiantamentos recebidos de clientes	4.2	4.742	3.047
Benefícios a empregados - plano de pensão	22	22	4
Total do não circulante		4.764	37.060
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	5.119	5.119
Dividendos adicionais propostos		12.710	-
Outros resultados abrangentes		2	(40)
Prejuízos acumulados		-	(597)
Total do patrimônio líquido		17.831	4.482
Total do passivo e patrimônio líquido		151.865	108.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	16	747.531	440.365
Custo da energia elétrica vendida	17	(708.933)	(431.640)
Lucro bruto		38.598	8.725
Despesas com Vendas	17	(2.301)	(75)
Despesas gerais e administrativas	17	(7.977)	(6.341)
Outas receitas		-	39
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		28.320	2.348
Receitas financeiras	18	2.819	4.196
Despesas financeiras	18	(4.359)	(7.405)
Despesas financeiras líquidas		(1.540)	(3.209)
Resultado antes dos impostos		26.780	(861)
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(10.115)	(757)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	879	1.021
Lucro (Prejuízo) do exercício		17.544	(597)
Lucro (Prejuízo) por quota - R\$		3,43	(0,17)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro (Prejuízo) do exercício	17.544	(597)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Outros resultados abrangentes	42	(40)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	17.586	(637)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) do exercício		17.544	(597)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	7	9.236	(264)
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas		400	643
Depreciação e amortização	17	30	50
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17	2.242	26
Marcação a mercado da dívida		(1.328)	1.569
Marcação a mercado de derivativos		(273)	22
Instrumentos financeiros derivativos		1.883	1.383
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Aumento de clientes		(44.505)	(18.100)
Diminuição (aumento) de impostos a recuperar	6	2.296	(2.662)
Diminuição (aumento) de outros créditos		123	(770)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		24.580	19.127
(Diminuição) aumento de tributos e contribuições sociais		(160)	2.492
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.533)	(181)
Aumento de obrigações estimadas		1.125	8
Aumento de adiantamento de clientes		3.777	5.011
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		243	54
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		9.680	7.811
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(1.089)	(13.005)
Aplicações no imobilizado e intangível	9	(56)	(141)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimentos		(1.145)	(13.146)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	12	-	32.000
Pagamentos de empréstimos - principal		-	(30.000)
Pagamentos de empréstimos - juros		(1.886)	(4.806)
Pagamento de dividendos		(862)	-
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(3.288)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(6.036)	(2.806)
Variação líquida do caixa		2.499	(8.141)
Caixa e equivalentes de caixa iniciais		12.745	20.886
Caixa e equivalentes de caixa finais		15.244	12.745
Variação líquida do caixa		2.499	(8.141)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Geração do valor adicionado:			
Receitas de revenda de energia elétrica	16	829.295	488.992
Outras receitas		-	39
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17	(2.242)	(26)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		776.859	475.044
Materiais e serviços de terceiros		2.071	1.676
Outros custos operacionais		769	681
		779.699	477.401
Valor adicionado bruto		47.354	11.604
Amortização	17	30	50
Valor adicionado recebido em transferência		47.324	11.554
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		2.954	4.400
		2.954	
Valor adicionado total a distribuir		50.278	15.954
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		3.817	2.718
Benefícios		507	423
FGTS		211	281
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		16.455	2.009
Estaduais		7.329	3.696
Municipais		51	19
Remuneração de capital de terceiros			
Juros		4.359	7.405
Aluguéis		5	-
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	15.3	4.237	-
Dividendos adicionais propostos		12.710	-
Prejuízos acumulados	15.2	597	(597)
		50.278	15.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

 ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Notas	Capital social	Reserva de lucros - retenção de lucros	Distribuição adicional de lucros propostos aos quotistas	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 01 de dezembro de 2016	1	5.118	647	-	-	5.766
Aumento de capital conf 4º alteração contratual	5.118	(5.118)	-	-	-	-
Dividendos	-	-	(647)	-	-	(647)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(40)	(40)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(597)	-	(597)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.119	-	-	(597)	(40)	4.482
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.544	-	17.544
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Dividendos	-	-	-	(4.237)	-	(4.237)
Dividendos adicionais propostos	-	-	12.710	(12.710)	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	42	42
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.119	-	12.710	-	2	17.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

8. Balanço Social

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2017						
(Em milhares de reais)						
2017			2016			
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)				747.531	440.365	
Resultado operacional (RO)				26.780	-861	
Folha de pagamento bruta (FPB)				4.638	3.556	
2 - Indicadores Sociais Internos						
	Valor	% sobre FPB	% sobre RI	Valor	% sobre FPB	% sobre RI
Alimentação	204	4,40%	0,03%	168	4,73%	0,04%
Encargos sociais compulsórios	838	18,07%	0,11%	749	21,08%	0,17%
Previdência privada	98	2,11%	0,01%	82	2,30%	0,02%
Saúde	199	4,29%	0,03%	219	6,16%	0,05%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	2	0,04%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0	0,00%	0,00%	9	0,26%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	1.926	41,53%	0,26%	20	0,56%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	1.177	25,38%	0,16%	521	14,66%	0,12%
Outros	83	1,79%	0,01%	37	1,05%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	4.527	97,61%	0,61%	1.807	50,81%	0,41%
3 - Indicadores Sociais Externos						
	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	49	0,18%	0,01%	24	-2,81%	0,01%
Cultura	481	1,80%	0,06%	26	-3,00%	0,01%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	81	0,30%	0,01%	100	-11,63%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	611	2,28%	0,08%	150	-17,44%	0,03%
Tributos (excluídos encargos sociais)	23.105	86,28%	3,09%	4.975	-577,76%	1,13%
Total - Indicadores sociais externos	23.716	88,56%	3,17%	5.125	-595,21%	1,16%
4 - Indicadores Ambientais						
	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	18			14		
Nº de admissões durante o período	6			4		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0			0		
Nº de estagiários(as)	4			6		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	0			0		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	13			9		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	50,00%			50,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1			1		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	15,61			15,61		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) segue as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2017: 50.278			Em 2016: 15.954		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	48 % governo 9% colaboradores(as) 34 % acionistas 8 % terceiros 1 % retido			36 % governo 21 % colaboradores(as) 0 % acionistas 46 % terceiros -3% retido		
7 - Outras Informações						
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos	-			-		
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	-			-		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	-			-		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	-			-		

Notas Explicativas

Energisa Comercializadora de Energia Ltda. **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **exercício findo em 31 de dezembro de 2017** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa Comercializadora de Energia Ltda, (“Empresa ou Comercializadora”) - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA**, tem como objetivo social a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços e consultoria em temas ligados a atividade de comercialização de energia elétrica. A Empresa possui sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Empresa também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Empresa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 14 de março de 2018.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas incluem Clientes, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Créditos tributários, Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, Custos e despesas operacionais (CCEE), Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos e Benefícios a empregados.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novas normas que ainda não estavam em vigor no encerramento do exercício

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Empresa:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após
CPC 48/IFRS 9	Instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2018
CPC 47/IFRS 15	Receitas de Contratos com clientes	1º de janeiro de 2018
Esclarecimentos ao CPC47/ IFRS 15	Receitas de Contrato com Cliente emitida em 12 de abril de 2016.	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC10/IFRS 2	Pagamentos baseados em ações	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC11/IFRS 4	Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos	1º de janeiro de 2018
Alterações às IAS 40	Transferências de propriedade de investimentos	1º de janeiro de 2018
IFRS 16	Leases (Arrendamentos)	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2021
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture	Adiado indefinidamente

A Empresa não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Os principais impactos da adoção das novas normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 são os seguintes:

(i) IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros:

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Empresa planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Empresa realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis que pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas à Empresa em 2018, quando passará a adotar a IFRS 9.

(a) Classificação e mensuração

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) e ao valor justo por meio do resultado (VJR), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Para os passivos financeiros, não há alterações significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de alterações no risco de crédito próprio (OCI) para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado, que substitui o modelo utilizado de perda incorrida. A Empresa aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos. Desta forma, a aplicação dos novos requisitos pode levar a uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na conta clientes. Esta nova forma de reconhecimento exigirá um julgamento sobre as mudanças em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de créditos. A avaliação inicial efetuada pela Empresa não indica alterações relevantes na provisão para perdas por redução ao valor de recuperação dos seus principais ativos financeiros em função da adoção do IFRS 9.

(c) Contabilidade de hedge

De acordo com a prática atual, uma cobertura deve ser altamente efetiva, prospectiva e retrospectiva, enquanto a IFRS 9 vem introduzir um modelo novo e menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. O novo modelo altera os critérios de comprovação de relacionamentos de hedge.

Divulgação: A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Empresa incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Empresa está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

Transição: As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Empresa irá aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

(ii) IFRS 15/CPC 47 Receita de Contratos com Clientes:

A IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Empresa optou por adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificado. Desta forma, a aplicação deste pronunciamento terá seus impactos refletidos a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Empresa realizou uma análise detalhada de suas receitas e não apurou valores significativos que requeiram maiores discussões.

(a) Receita de comercialização

A receita referente a comercialização de energia elétrica realizada pela Empresa a clientes livres é registrada pelo valor justo da contraprestação, conforme contratos firmados. A Empresa também efetua a comercialização de energia no mercado de curto prazo junto a CCEE

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(iii) IFRS 16 Leases (Arrendamentos):

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

Em 2018 a Empresa planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Empresa em 1º de janeiro de 2019, a avaliação da Empresa se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Empresa optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. A natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento será modificada, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Empresa espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 16.

Transição: Como arrendatária, a Empresa pode aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. A Empresa pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

(iv) Outras alterações: As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa, que segue:

- . Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016;
- . Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- . Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- . ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento. - IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda;
- . Transações em moeda estrangeira e adiantamento. Com relação à IFRIC 23;
- . Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise com maior profundidade será realizada para identificar impactos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.2 Resumo das Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a) **Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras, com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo;
- b) **Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Empresa e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Empresa foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 20.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Empresa são: caixa e equivalente de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, clientes e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Empresa são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

A Empresa designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Empresa documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Empresa documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Empresa cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

- c) **Clientes** - englobam a venda de energia elétrica a consumidores livres, que estão suportados por contratos de compra e venda;
- d) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - constituída em bases consideradas suficientes para fazer em face de perdas prováveis na realização dos créditos, após análise criteriosa da administração;
- e) **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.
- f) **Intangível** - os ativos intangíveis compreendem os gastos incorridos na aquisição de softwares, cuja amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos;
- g) **Redução a valor recuperável** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Empresa não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas;

- h) **Imposto de renda e contribuição social** - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- i) **Empréstimos e financiamentos** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- j) **Derivativos** - A Empresa detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 20;
- k) **Participação nos lucros** - A participação nos lucros declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- l) **Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
- m) **Benefícios a empregados** - plano de suplementação de aposentadoria - A obrigação líquida da Empresa quanto ao plano de benefícios previdenciários na modalidade Benefício Definido (BD) é calculada através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados

no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Empresa e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes;

- n) **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- o) **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1 Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificado de Depósitos Bancário (CDBs) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 equivale a 102,50% do CDI (98,97% do CDI em 2016).

	2017	2016
Caixa e depósitos bancários à vista	399	915
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	14.845	11.830
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	223
Compromissada	14.845	11.607
Total caixa e equivalentes de caixa	15.244	12.745

4.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 equivale a 101,70% do CDI (101,10% do CDI em 2016).

	2017	2016
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	29.907	26.832
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	30
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) ⁽¹⁾	10.041	6.264
Fundo de Investimento ⁽²⁾	3.602	70
Fundo de Investimentos Exclusivos ⁽³⁾	16.264	20.468
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	146	2.868
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	54	-
Debêntures	1.561	-
Compromissadas	148	-
Títulos Públicos	769	2.783
Fundo de Renda Fixa	2.240	-
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	1.885	-
Letra Financeira (LF)	9.433	14.817
Letra Financeira Subordinada (LFS)	28	-
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁴⁾	29.907	26.832
Circulante	25.331	23.712
Não Circulante	4.576	3.120

⁽¹⁾ Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - São aplicações referentes aos recursos vinculados as garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os montantes de igual valor estão demonstrados em contrapartida na rubrica de adiantamento recebidos de clientes no passivo circulante e não circulante e são remunerados de 99,0% a 100,0% do CDI.

⁽²⁾ Fundos de Investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 56,80% a 101,98% e média ponderada 101,05% do CDI.

⁽³⁾ Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundos de Crédito, Títulos, LFT, LFS, LF, são remuneradas 102,47% do CDI Fundo FI Energisa e 104,94% do CDI Fundo Zona da Mata.

⁽⁴⁾ Inclui R\$10.114 (R\$6.364 em 2016) referente a recursos vinculados a garantias comerciais.

5 Clientes

	2017	2016
Contas a receber	76.976	57.731
Suprimento Energia - Moeda Nacional ⁽¹⁾	27.165	1.905
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.416)	(174)
Total - circulante	101.725	59.462

⁽¹⁾ O saldo de suprimento de energia - moeda nacional em 31 de dezembro de 2017, refere-se ao registro dos valores da comercialização de energia no âmbito da CCEE no montante de R\$27.165 (R\$1.905 em 2016), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2017. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores”, no passivo circulante de R\$3.996, referente à aquisição de energia elétrica conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2017	2016
Créditos a vencer	27.165	1.905
Sub-total créditos CCEE	27.165	1.905
(-) Aquisições de energia na CCEE	(3.996)	-
Total créditos CCEE	23.169	1.905

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	2017	2016
A vencer	94.515	55.064
Vencidos até 30 dias	3.103	3.557
Vencidos entre 31 a 90 dias	123	105
Vencidos entre 91 a 180 dias	1.021	414
Vencidos entre 181 e 360 dias	2.963	322
Vencidos acima de 360 dias	2.416	174
Total - circulante	104.141	59.636

As contas a receber são garantidas por instrumentos de fiança e seus vencimentos são em média no oitavo dia útil após o faturamento.

Uso de estimativa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta:

- Análise criteriosa efetuada pela Administração do saldo a receber considerados de difícil recebimento.
- Clientes vencidos acima de 360 dias.

	2017	2016
Saldo inicial - circulante - 2016 e 2015	174	148
Provisões (reversões) constituídas no exercício	2.242	26
Saldo final - circulante - 2017 e 2016	2.416	174
Alocação:		
Contas a receber	2.416	174

6 Tributos a recuperar

	2017	2016
Contribuição Social sobre o Lucro - CSSL	311	613
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.135	2.165
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	2.072
Contribuição ao PIS e a COFINS	1.333	227
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	78	78
Outros	21	19
Total - circulante	2.878	5.174
Circulante	2.878	3.036
Não Circulante	-	2.138

Referem-se a créditos tributários e/ou recolhimentos de impostos a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos no futuro, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

7 Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Crédito tributário reconhecido no balanço:	2017	2016
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	612	803
Contribuição social	220	289
Total - não circulante	832	1.092

	2017		2016	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	2.416	821	174	59
Marcação a mercado da dívida	241	83	1.569	533
Provisão de ajuste atuarial	62	21	65	22
Marcação a mercado - derivativo	(273)	(93)	1.405	478
Total ativo não circulante	2.446	832	3.213	1.092

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2017	2016
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	26.780	(861)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinados	(9.105)	293
Ajustes:		
Despesas indedutíveis	(185)	(34)
Outras exclusões	54	5
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(9.236)	264
Alíquota efetiva	(34,49%)	(30,66%)

8 Transações com partes relacionadas

A Empresa é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício, Parque Eólico Sobradinho, Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Empreendimentos de Energia I S/A, Energisa Empreendimentos de Energia II S/A além das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso-Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A (ESS)), que incorporou em 30 de junho de 2017 as empresas: (Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale do Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Bragantina S/A (EEB)), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE), Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A e QMRA Participações S/A.

Transações com partes relacionadas efetuadas durante o exercício pela Empresa:

	Serviços contratados (1)	Fornecedores a pagar
Energisa S/A	555	61
2017	555	61

(1) Os serviços contratados junto à Controladora Energisa S/A referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL.

Remuneração dos administradores:

	2017	2016
Remuneração Anual (a)	843	66
Remuneração da Diretoria	1.181	592
Outros Benefícios (b)	319	175

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2017 foi aprovado em reunião de sócios realizada em 28 de abril de 2017.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$43 e R\$43 (R\$41 e R\$41 em 2016) respectivamente. A remuneração média em 2017 foi de R\$43 (R\$41 em 2016).

9 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos 2016	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos 2017
EM SERVIÇO							
Máquinas e equipamentos	14,20%	44	-	55	-	-	99
Veículos	14,29%	125	-	-	-	-	125
Móveis e utensílios	6,25%	29	-	-	-	-	29
Total em Serviço		198	-	55	-	-	253
Depreciação							
Máquinas e equipamentos		(10)	-	-	-	(8)	(18)
Veículos		(10)	-	-	-	(18)	(28)
Móveis e utensílios		(2)	-	-	-	(2)	(4)
Total Depreciação		(22)	-	-	-	(28)	(50)
Subtotal Imobilizado		176	-	55	-	(28)	203
EM CURSO		-	55	(55)	-	-	-
Total		176	55	-	-	(28)	203

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos 2015	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos 2016
EM SERVIÇO						
Máquinas e equipamentos	16,17%	26	-	18	-	44
Veículos	14,29%	-	-	125	-	125
Móveis e utensílios	6,25%	31	-	(2)	-	29
Total em Serviço		57	-	141	-	198
Depreciação						
Máquinas e equipamentos		(5)	-	-	(5)	(10)
Veículos		-	-	-	(10)	(10)
Móveis e utensílios		-	-	-	(2)	(2)
Total Depreciação		(5)	-	-	(17)	(22)
Subtotal Imobilizado		52	-	141	(17)	176
EM CURSO		-	141	(141)	-	-
Total		52	141	-	(17)	176

10 Intangível

	Taxa média de amortização (%)	Saldos 2016	Adição	Amortização	Saldos 2017
Em Serviço	20%				
Software		163	1	-	164
Amortização Acumulada (20%a.a)		(158)	-	(2)	(160)
Subtotal		5	1	(2)	4
Em Curso		-	-	-	-
Total		5	1	(2)	4

	Taxa média de amortização (%)	Saldos 2015	Amortização	Saldos 2016
Em Serviço	20%			
Software		163	-	163
Amortização Acumulada (20%a.a)		(125)	(33)	(158)
Subtotal		38	(33)	5
Em Curso		-	-	-
Total		38	(33)	5

11 Fornecedores

	2017	2016
Compra de energia elétrica (*)	70.574	50.075
CCEE	3.996	-
Fornecedores - Materiais e Serviços	130	45
Total - circulante	74.700	50.120

(*) Refere-se a aquisições de energia elétrica comercializada a consumidores livres. O prazo médio de liquidação desses passivos é de 25 dias. Esses compromissos estão garantidos por cartas de fiança.

12 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	2017	2016
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	33.167	34.009
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	935	921
Total	34.102	34.930
Circulante	34.102	921
Não Circulante	-	34.009

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017:

Operação	Vencimento	Características da Operação		Custo da Dívida		Taxa efetiva de juros
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Indexador	Tx de Juros a.a.	
ITAU - BBA	Jul-2018	Final	Aval Energisa S.A.	Dólar	4,85%	6,35%

O indicador utilizado para a atualização de empréstimos e financiamentos teve a seguinte variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2017	2016
US\$ x R\$	1,50%	-16,54%

A Empresa não possui Covenants atrelados ao contrato.

A Empresa tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

	2017	2016
Saldo em 2016 e 2015	34.930	32.246
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	32.000
Encargos de dívidas - juros, variação monetária	2.386	3.921
(-) Marcação Mercado Dívida	(1.328)	1.569
Pagamento principal	-	(30.000)
Pagamento juros	(1.886)	(4.806)
Saldo em 2017 e 2016	34.102	34.930
Circulante	34.102	921
Não circulante	-	34.009

13 Tributos e contribuições sociais

	2017	2016
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	8.065	6.728
Encargos Sociais	30	28
Contribuição Social s/ o Lucro - CSLL	-	95
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	351
Contribuições ao PIS e a COFINS	600	232
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	51	38
Outros	18	9
Total - circulante	8.764	7.481

⁽¹⁾Refere-se a ICMS próprio sobre comercialização de energia a consumidores livres sediados no Estado do Rio de Janeiro e ICMS ST (substituição tributária) cobrado dos consumidores livres estabelecidos em outras UF's, a ser recolhido pela Empresa para os Estados onde se localizam os estabelecimentos consumidores, conforme legislação.

A Empresa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Lei nº 13.496/2017 (MP 783/2017), com pagamento em 5 parcelas iguais e sucessivas, correspondente a 5% do saldo devedor, corrigidos pela variação da Selic e optou por liquidar o saldo remanescente do débito no montante de R\$43 com a utilização de prejuízos fiscais e/ou base negativa de contribuição social, adquiridos da controladora Energisa S/A. A adesão ao programa gerou redução de multas e juros de R\$22, registrado na rubrica de "Outras receitas financeiras" na demonstração do resultado do exercício.

A Empresas deve manter os pagamentos regular dos impostos, contribuições e demais obrigações para garantir as condições do programa. A consolidação dos débitos será realizada pela Receita Federal do Brasil em até cinco anos.

Segue demonstração dos valores incluídos no Programa:

	Principal	Multas	Juros	Débito Atualizado em 2017
INSS	41	8	19	68
Total	41	8	19	68

	Principal
Valor do débito	41
Atualização (juros + multas)	27
Total	68
Liquidação	
Pagamento a vista (antecipações) - 5%	(3)
Redução de multas e juros (outras receitas financeiras)	(22)
Valor utilizado de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL - adquiridos da controladora	(43)
Total	(68)

14 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

Perdas Possíveis:

A Empresa possui processos de naturezas cíveis, em andamento em um montante total de R\$3.279 (R\$3.198 em 2016) e fiscais R\$473 (R\$435 em 2016), totalizando R\$3.752 (R\$3.633 em 2016), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível pela Administração e pelos consultores jurídicos e, conseqüentemente não requer a constituição de provisão nas demonstrações financeiras. Esses processos são referentes a pedidos de indenização em questões relacionadas a contratos de venda de energia a consumidores livres.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$5.119 (R\$5.119 em 2016) e está representado por 5.119 (5.119 em 2016) quotas com valor nominal de R\$1,00.

15.2 Distribuição de lucros

O contrato social da Empresa prevê que a destinação do resultado do exercício seguirá as normas da lei das sociedades por ação.

Administração propôs a distribuição da totalidade do lucro do exercício, após a absorção dos prejuízos.

	2017
Lucro líquido do exercício	17.544
Absorção de prejuízos	(597)
Lucro líquido ajustado	16.947
Dividendos obrigatórios 25%	(4.237)
Dividendos adicionais propostos	(12.710)
Total dos dividendos	(16.947)
% sobre o lucro líquido ajustado	100%

16 Receita Operacional Líquida

	2017	2016
Receita operacional bruta		
Venda de energia elétrica	828.263	488.605
Serviços prestados	1.032	387
Deduções à receita operacional		
ICMS	(7.329)	(3.696)
PIS	(13.268)	(8.011)
COFINS	(61.116)	(36.900)
ISS	(51)	(20)
Total das deduções à receita operacional	(81.764)	(48.627)
Receita operacional líquida	747.531	440.365

17 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custos com Energia Elétrica Vendida	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	
				2017	2016
Energia Elétrica comprada para revenda	705.102	-	-	705.102	431.584
CCEE	3.831	-	-	3.831	56
Pessoal e administradores	-	-	5.116	5.116	3.934
Entidade de previdência privada	-	-	46	46	49
Material	-	-	8	8	10
Serviços de terceiro	-	59	2.004	2.063	1.666
Depreciação e amortização	-	-	30	30	50
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	2.242	-	2.242	26
Outras	-	-	773	773	681
	708.933	2.301	7.977	719.211	438.056

18 Receitas e despesas financeiras

	2017	2016
Receita de aplicações financeiras	1.986	3.278
Juros Selic s/impostos a recuperar	162	604
Tributos S/receita financeira	(134)	(204)
Outras receitas financeiras	805	518
Total receita financeira	2.819	4.196
Encargos de dívidas - juros	(1.849)	(3.454)
Variação monetária e cambial	(537)	(467)
Marcação mercado de dívidas	1.328	(1.569)
Marcação mercado derivativos	273	(22)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.883)	(1.383)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	-	(181)
Despesas Bancárias	(566)	(192)
Outras despesas financeiras	(1.125)	(137)
Total despesa financeira	(4.359)	(7.405)
Despesas financeiras líquidas	(1.540)	(3.209)

19 Lucro (prejuízo) por quota

O Lucro (Prejuízo) básico por quota em 2017 é de 3,43 e (R\$0,17) em 2016. Não houve alteração da quantidade de quotas no exercício de 2017.

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	2017		2016	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
ATIVO					
Caixa e equivalente de caixa	2	15.244	15.244	12.534	12.534
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	29.907	29.907	26.832	26.832
Clientes	2	101.725	101.725	59.662	59.662
Instrumentos financeiros derivativos	2	273	273	1.846	1.846

	Nível	2017		2016	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
PASSIVO					
Fornecedores	2	74.700	74.700	50.120	50.120
Empréstimos e Financiamentos	2	34.102	34.102	34.930	34.930
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	3.251	3.251

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Os instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão identificados a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis:

Inclui, clientes e são inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado:

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos correspondem são avaliadas ao seu valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Fornecedores e débitos com partes relacionadas - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda estrangeira, junto Banco Itau, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de

juros comparáveis. Para algumas das dívidas a Empresa realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Empresa tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Fair Value Option

A Empresa optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no segundo semestre de 2016, para as quais a Empresa possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2017, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Empresa.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$1.328 (R\$1.569 em 2016) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Empresa. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível na web site da Controladora) e no regimento interno da diretoria da Empresa. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a empresa.

A política de gestão de risco visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades.

A Empresa conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de recebimentos de seus recebíveis ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da empresa. O saldo do passivo financeiro - fornecedores no montante de R\$74.700 (R\$50.120 em 2016) tem seu prazo médio de liquidação em até 25 dias.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de reconhecida solidez e percepção de risco aderente à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Os créditos com clientes, não trazem riscos, pois são garantidos por carta de fiança.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

O empréstimo e financiamento em moeda estrangeira, apresentados na nota explicativa nº 12, é composto de financiamentos obtidos junto ao Itaú BBA. A taxa de juros é definida por este agente, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Empresa está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

O resultado da Empresa é suscetível a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com alta de 1,50% sobre 31 de dezembro de 2016, cotado a R\$3,3080/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2017 era de 11,95%, enquanto em 31 de dezembro de 2016 era de 14,40%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Empresa, em 31 de dezembro de 2017, de R\$34.102 (R\$34.930 em 2016), R\$34.102 estão representados em dólares, provenientes de US\$ 9,9 milhões (US\$ 9,9 milhões de principal) de empréstimos captados junto ao Banco Itaú BBA. O empréstimo possui vencimento de curto prazo, julho de 2018, e custo de 4,85% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 apresenta no ativo circulante R\$273, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. A medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletido nas demonstrações contábeis. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Empresa possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados a variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ECOM					
Resolução 4131 - Itaú BBA	9.953	VC + 5,71%	CDI + 3,55%	05/07/2018	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Empresa, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de dezembro de 2017:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2017	2016		2017	2016
Dívida designada para “Fair Value Option”	32.000	32.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(34.102)	(34.930)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	34.102	34.930
Swap Cambial (Derivativo)	32.000	32.000	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(33.829)	(36.334)
			Posição Líquida Swap	273	(1.405)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(33.829)	(36.334)

O valor justo dos derivativos efetuados em 31 de dezembro de 2017 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 12 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Empresa não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possui expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MM) das operações da Empresa foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MTM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de Sensibilidade

A Empresa realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2017, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(32.000)		(31.433)	(39.817)	(48.200)
Variação Dívida			567	(7.817)	(16.200)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	34.102		33.535	41.919	50.302
Variação - Taxa de Juros		Alta CDI	(567)	7.817	16.200
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(33.829)		(33.829)	(33.829)	(33.829)
Variação - CDI + TJLP	-		-	-	-
Subtotal	273		(294)	8.090	16.473
Total Líquido	(31.727)		(31.727)	(31.727)	(31.727)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2017, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$31.727, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$31.727 em ambos os casos.

Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2017 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 9,94%, TJLP = 7,12% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	44.752	Baixa CDI	3.021	2.266	1.510
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(33.829)	Baixa CDI	(2.283)	(1.713)	(1.142)
Empréstimos e financiamentos					
Subtotal	(33.829)		(2.283)	(1.713)	(1.142)
Total - (Perdas)	10.923		738	553	368

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2018 (6,75% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2016.

21 Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que sejam civilmente responsáveis pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2017	2016
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros.	23/10/2018	Até 1.060/ veículo	1	1
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2018	4.811	15	13
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2018	50.000	7	10
			23	24

(*) Importância Segurada relativa ao mês de DEZ/2017 e prêmio anualizado.

22 Benefícios a empregados

Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Empresa é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida. No exercício de 2017, as despesas de patrocínio do plano foram da ordem de R\$61 (R\$4 em 2016).

Prêmio aposentadoria

A Empresa em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos reconhecidos no balanço. O ativo atuarial (plano com superávit) não é registrado:

	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais	62	65
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Passivo (Ativo) atuarial líquido	62	65
Circulante	40	61
Não Circulante	22	4

Conciliação do valor presente das obrigações em 31 de dezembro de 2017:

	2017	2016
Valor das obrigações no início do ano	65	101
Custo do serviço corrente bruto	53	23
Juros sobre obrigação atuarial	8	13
(Ganhos)/Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(64)	(72)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	62	65

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

	2017	2016
Passivo atuarial líquido no início do ano	65	(147)
Despesa reconhecida no resultado do ano anterior	61	4
Outros resultados abrangentes	(64)	208
Passivo atuarial líquido no final do ano	62	65

Demonstração das despesas para o exercício de 2018, segundo critérios do CPC 33:

	2018
Custo do serviço corrente	33
Custo dos juros	7
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Despesas previstas para o próximo exercício	40

Plano de saúde

A Empresa tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício de 2017, as despesas com esse benefício foram de R\$114 (R\$164 em 2016).

23 Compromissos

A Empresa possui os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

Contrato de venda de energia					
Vigência	2018	2019	2020	2021	Após 2021
2018 a 2027	842.218	521.608	272.522	76.520	16.670

A Empresa possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia para revenda, como segue:

Contrato de compra de energia					
Vigência	2018	2019	2020	2021	Após 2021
2018 a 2027	835.245	525.123	255.860	77.271	14.605

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 2017 e foram homologados pela ANEEL.

24 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Durante os exercícios de 2017 e 2016 as demonstrações financeiras da Empresa não foram impactadas por transações não caixa relevantes.

Maurício Perez Botelho
Gerente
CPF nº 738.738.107-00

Alexandre Nogueira Ferreira
Gerente
CPF nº 028.042.606-23

Alessandra Genu Dutra Amaral
Gerente
CPF nº 021.825.287-09

Vicente Côrtes de Carvalho
Contador
CRC/MG nº 042.523/O-7 "S" RJ
CPF nº 194.381.256-04

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Quotistas e Administradores da
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Comercializadora de Energia Ltda. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Comercializadora de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos pelo Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com nossas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 23 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da

Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as

divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9